



■ clipping indústria

A sanha da estatização

Gazeta do Povo/PR
22 de maio de 2008

Rodrigo da Rocha Loures

Há alguns meses o ministro da Educação vem estimulando uma polêmica desprovida de conteúdo. Em declarações vagas, Fernando Haddad afirma que as entidades do Sistema S arrecadam muito e dão pouco retorno à sociedade. Por isso, o governo federal quer lançar mão de uma boa parte dos recursos para seus projetos de educação profissionalizante. Sob tal pretexto, esconde-se a real intenção de estatizar estas entidades privadas.

Esses “balões de ensaio” contêm uma grave ameaça à autonomia privada das entidades que compõe esta formidável e bem-sucedida instituição. Os serviços sociais autônomos são financiados com recursos arrecadados dos empresários, de modo compulsório.

Trata-se, portanto, de uma singular iniciativa de autogestão privada de recursos tributários, com finalidades definidas em lei e sob a severa fiscalização da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União. Além disso, as entidades do Sistema S contam com representantes dos trabalhadores e do próprio governo em seus Conselhos.

O pioneiro destes serviços foi o Senai. Criado na década de 40, por iniciativa dos industriais paulistas e anuência do Estado, constituiu-se no mais importante instrumento de formação de mão-de-obra para a nascente indústria nacional, que se ressentia de trabalhadores qualificados, num tempo em que o Brasil era quase que totalmente agrícola.

Assim é há seis décadas. Neste tempo, o Senai formou 43 milhões de trabalhadores, num esforço sem paralelo no planeta. Para isso, os empresários administram os recursos arrecadados compulsoriamente dos próprios industriais, pois conhecem com precisão quais as suas reais necessidades de formação profissional. O sistema funcionou tão bem que foi estendido para outras categorias econômicas – comércio, agricultura e transportes.

Na natureza privada destas entidades e da sua gestão reside o seu sucesso. Este modelo vitorioso transformou o Brasil, em pouco mais de meio século, de um gigantesco terreiro de café, em uma das economias mais industrializadas do mundo. Isso se deve aos métodos empresariais aplicados a um serviço de interesse público.

A marca de nascença das entidades que compõe o Sistema S é a gestão privada. As leis e a Constituição Federal consagraram a administração empresarial destas entidades como diretriz de Estado, e não como política de governo, por entender que ninguém melhor que os empresários para conhecer suas necessidades e orientar a formação profissional destinada aos empregos que criam.

O governo não cria empregos. Pode, sim, favorecer a geração de postos de trabalho com políticas eficazes de desenvolvimento, ambientes econômicos apropriados e marcos

regulatórios e institucionais capazes de incentivar o investimento privado. Mas são os empresários, por meio das suas empresas, que os criam.

Estatizar o Sistema S é replicar nas entidades privadas a gestão pública sabidamente ineficiente e burocrática, que se mostra incompetente até mesmo nos temas essenciais de governo. A interferência estatal no Sistema S fará com que seus recursos sejam tão mal aplicados como são os destinados às atividades públicas em geral, com desperdício e baixa produtividade. Com que credenciais, então, pretendem interferir na educação profissional?

O modelo privado foi duramente testado e provou ser o melhor para a economia brasileira. Os modelos públicos de formação profissional são regidos pelo interesse político e revelaram-se distantes e descolados da real demanda empresarial. Por isso, entendemos que a estatização do Sistema S é uma séria ameaça à competitividade empresarial brasileira num mundo em crescente globalização.

*Rodrigo da Rocha Loures é presidente da
Federação das Indústrias do Estado do Paraná*